

Redacção, Administração, Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 533 TRINDADE
Officinas de Impressão e Estereotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-fei-
ras.—Não se devolvem os originais.—Dos arti-
gos publicados são responsáveis os seus autores.

A BATALHA

Director: JOSE S. SANTOS ARRANHA
Editor: CARLOS ALVARO COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL
DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional
dos Trabalhadores
Assinaturas: Anualidade 100 escudos em avulso,
Lisboa, 100 escudos; Provisória, 3 meses 25\$00,
Africa e Portugal, 5 meses 75\$00; Estrangeira,
6 meses 100\$00.

PREÇO 30 CENTAVOS—ANO VII—N.º 2176 DIÁRIO DA MANHÃ PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA QUARTA FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1926

A CAVERNA DOS LADRÕES E DOS FALSIFICADORES!

Dão-se ao "Século" parabens que ele deve receber como se fôsem pézames por morte de uma pessoa de família.—O único crime dos homens que foram deportados para a Guiné, foi o de não se terem instalado na administração do Banco de Portugal.—Neste país, já ninguém acredita na inocência dum Camacho que só por aberração é inocência.—O tesoureiro do Banco de Portugal fez um desfalque de 44.000 contos. Ele deve, como os seus mestres, ser considerado uma criatura que está acima de toda a suspeita

Alegremente, plenos de júbilo íntimo, damos ao *Século* os nossos sinceros parabens pela campanha que encetou. Lamentamos que o *Século* escute — silencioso, como é seu costume — os nossos parabens com o rosto contristado de quem recebe expressões de pesar por lhe ter falecido qualquer pessoa de família. Mas se o órgão das "forças-vivas" está triste, dessa tristeza não é nossa a culpa.

Os factos são os factos e não há possibilidade de ocultá-los quando eles ressaltam à evidência. Os parabens são merecidos, embora o *Século* não tenha neste momento interesse em recebê-los. Não tivesse ele levantado o caso do Angola e Metrópole e a opinião pública nunca chegaria a saber que no Banco de Portugal se acoitam falsários e ladrões. Seguiu-se o rasto dum criminoso — o Angola e Metrópole — e encontrou-se uma quadrilha de ladrões — o Banco de Portugal. Bem que agora o *Século* indique a consciência do país uma pista falsa, gritando que ladrões e falsários só os há no Angola e Metrópole. Vãos, esses gritos desordenados, vão, essas manobras para desviar os olhos do público da caverna, do estado-maior dos bandidos! Os olhos estão fixos no Banco de Portugal e o espectáculo que ele nos oferece é tão interessante que a atenção popular não sofre quebra de entusiasmo. Mesmo contra vontade do *Século* nós estamos vendo tudo — e connosco o público também vê.

Embora ele não os aceite: parabens ao *Século*.

O êxito do nosso suplemento --- A opinião pública está connosco

O discurso que o dr. Amâncio de Alpoim anteontem produziu no parlamento foi fulminante, esmagador. Muitos dos factos que ele apontou eram já do nosso conhecimento. Observámos através da papelada do Banco, nos relatórios e no *Diário do Governo*. A reprodução que fizemos do aludido discurso no nosso suplemento de ontem teve um êxito estrondoso. A sua procura foi grande, enorme, de nada servindo a preocupação de alguém que mandou gente sua comprar aos vendedores maços e maços de exemplares. A verdade, a pesar desta manobra tola, foi conhecida — porque a nossa máquina está habilitada a imprimir milhões de exemplares, se for preciso.

O discurso do aludido deputado socialista provou que os homens, senão todos, grande número deles, que estão à frente da administração do Banco de Portugal vêm cometendo desde há muitos anos fraudes e burlas, que vão desde os lançamentos errados, isto é, desde a viciação da escrita, à falsificação das notas.

Portanto, anteriormente à existência do Banco de Angola e Metrópole já os homens do Banco de Portugal, chefiados pelo Camacho (Inocência) defraudavam, furtavam e falsificavam. Pão, pão, queijo, queijo. A's cousas dá-se-thes o verdadeiro nome: Existe no Banco de Portugal uma quadrilha chefiada pelo Inocência Camacho.

Ora se eles sempre foram burlões e porquê não haviam de associar-se ao Angola e Metrópole para a passagem das notas falsas que eles mesmo encomendaram? Porque não?

O POVO PAGA E A G. N. R. FUSILA-O

Vai uma pessoa aí pela província e não ouve senão protestos constantes contra as arbitrariedades, os crimes cometidos pela guarda republicana. Esta é fora da capital o que a polícia é em Lisboa: — uma corporação terrorista. Ela prende, julga sumariamente e condena os desgraçados que lhe caem nas mãos às penas mais bárbaras, que ela própria executa.

Não pedimos, é claro, ao governo providências que ponham cõbo a estas infâmias. O nosso pedido equivaleria a uma ordem simples e sintética: «deem para baixo». Aparentemente o crime ao povo, ao país, certos de que este um dia saberá, pelas suas próprias mãos, pôr ordem no que os governos desleixados e criminosos trazem tão desordenado.

De resto, de que nos serviria pedir, ou melhor, exigir medidas eficazes que tais abusos evitassem a um governo empenhado em salvarguardar os interesses de criminosos como os que no Banco de Portugal, sob a capa de «pessoas insuspeitas» veem defraudando o país e falsificando notas? Sim é para que nos serviria reclamar atitudes rectas, honestas, a governos que andam de braço dado com bandidos e os acumulam de elogios? Seria o mesmo que dizer ao impudor que se tornasse púdico, ao crime que fosse inculcado, à desvergonha que se envergonhasse.

A guarda republicana, constituída por gente boçal, que imagina — e tem razão — que a tarda lhe dá o direito ao crime impune, abusa, espanca, abate a tiro quem lhe apetece — e dorme descansada o sono das boas digestões que o orçamento pródigo lhe proporciona. E ninguém a incomoda. O povo vive para a alimentar, trabalha para lhe dar de comer, de vestir e de calçar. Ela vive para pagar ao povo na dura moeda da agressão brutal, do assassínio infame.

E esta é a condição do povo trabalhador: alimentar criminosos — que o roubam na administração do Estado e o assassinam no exercício da

Há burlões e o Inocência é o seu chefe

Sempre o dissemos: o Inocência Camacho, cuja assinatura vem estampada nos officios que escreveu à casa Waterlow, encomendando-lhe em segredo centenas de milhares de contos em notas, cuja assinatura se encontra ainda em contratos firmados com o Angola e Metrópole, é, neste caso, como em casos anteriores um burlão. Claro como água... E é tão grande a sua insensibilidade moral que nem sequer nos desmente por pró-forma, nem vem aqui, à redacção, quebrar-nos a cara.

O governo, que o encobre, é que o acha boa pessoa e acima de toda a suspeita; a imprensa que o defende é que o cobre de elogios. Mas isso não impede que toda a gente o aponte como burlão.

E não fazemos afirmações aéreas, nem pretendemos reduzir as responsabilidades do Banco de Angola e Metrópole. Ainda não dissemos, como há aí alguém que o murmura, que Alves dos Reis e José Bandeira são dois homens de génio. O que nós dizemos, e connosco concorda neste momento aquela parte do país honesta e sem interesses inconfessáveis, o que dissemos e repetimos é que o Inocência é o maior burlão — porque abusou da confiança que o Estado nêle depositou, porque assinou as encomendas das notas, burlando a casa Waterlow; porque assinou contratos com o Angola e Metrópole para passar as notas; porque foi ele a cabeça orientadora do plano tenebroso.

Pão, pão, queijo, queijo, dissemos — e temos razão. Inocência Camacho é um charlatão à solta. Mas o governo que entende que ele deve continuar à frente do Banco — lá terá as suas razões...

O Inocência sacode a água do capote

O governo tem as suas razões, a imprensa venal também as tem, inconfessáveis, para manter no lugar de governador do Banco, onde está organizando a sua defesa, uma criatura mais do que suspeita — criminosa.

Nós, porém, temos as nossas razões, bem claras e aleitadas para apontar-lhe a exacerção dojovito: Inocência Camacho tem burlado o país. São estas razões, mas nenhuma possuímos. Serão escassas?

E não somos nós apenas a acusar. Estamos acompanhados. Somos poucos os acusadores, mas bastantes para fazer passar um mau bocão a essa corja de bandidos «honrados».

Leiam-se agora estas preciosas declarações que o dr. Pinto de Magalhães, o doido (são doidas neste país todas as pessoas de juízo), concedeu ao *Jornal de Notícias*, do Porto:

«As provas acumulam-se sobre o sr. Inocência Camacho. Tantas que...»

— Que?...»

A nossa pergunta não oculta uma opressa ansiedade.

... que a prisão do dr. Joaquim Silveira, director da filial do Banco nesta cidade, é um resultado das inconfidências do sr. Camacho. O governador, apertado com perguntas, sentiu a necessidade de sacudir a água do seu capote...

E o dr. Pinto de Magalhães conta-nos que a Casa Waterlow,

Não devemos depor as armas, deixando-nos vencer pelo desalento. Devemos reagir e lutar

Para uns, o ano de 1926 será cerzido, como o anterior, duma nova série de escândalos.

Não trará, para as esperanças duma vida melhor cimentada num salutar humanismo e numa tranquilizadora seriedade dos indivíduos, a menor alteração no *decan* horrendo das temíveis poucas vergonhas politico-económico-sociais.

Para outros, o novo ano, tão vergado ao péso duma trágica herança de crimes e pesadelos, é iluminar-nos-há, em sucessivas madrugadas de arrebois, com esplêndidas aúreolas de renascimentos puros duma raça rejuvenescida pelos influxos das revoluções vingadoras dos males que nos tem feito a democracia da presente sociedade, nas mãos dos «demagogos»...

Estes, os que creem na renascença... à antiga portuguesa, são os que vivem no mistério do passado, são os que confiam «fervorosamente no caminho de rol que se oferece à reacção fecunda da grei» — a reacção fulminante que a «onda milagrosa que se levanta no marulhar das pretensões fascistas, surdamente nos vai envolvendo no círculo da emboscada»...

Eu, caminhando errante pela estrada enlameada que dá acesso, na margem esquerda, à ponte Luís I, ia a pensar qual seria a opinião do proletariado organizado acerca do ano que acaba de chegar nos transportes fidos júbilos de uns falsatrueros angola-metropolitânicos, vogando nas lacrimosas mareas de milhares de infortunados — quando se abeirou um grupo de operários entendendo-me a mão numa lamúria inco-moda...

Estes foram os primeiros «bons dias» esperanças que em 1926 me deu como lenitivo pacificador à minha indignação contra as injustiças sociais. Esta foi a primeira decepção que recebi nos meus pensamentos sobre a galvanização necessária da índole apática que deve transmutar-se em esforços de resistência revolta...

Eu desejaria que essa imensa legião de *chômeurs* estirados no pântano da humilhação, no paúl da pedincha, tivesse pelo menos a irreverência dos miseráveis de 1388 o descontentamento tumultuário dos vagabundos de 1659, os motins contínuos dos esfomeados de 1725, 1740, etc., etc.

E preferir que o pululamento dos miseráveis desobedientes provoquem os «barridos de sangue de Luís XV» — do que, res-tantes, se sujeitem a toda a sorte de vexações...

Quanto não é mais belo o «vagabundo

autoridade que o espirito libertário justamente condena.

A época, ou melhor, a sociedade capitalista, defeituosa de nascença, só pode produzir destas imoralidades flagran'es que terminarão no dia em que o povo esclarecido tome afoitamente o caminho da revolta.

Lede o Suplemento de "A Batalha"

fabricante das notas de 500\$00, recebeu do governador do Banco de Portugal a recomendação expressa de tratar da encomenda das notas com Marang, *indirectamente*. A recomendação, a princípio, surpreendeu a Casa Waterlow. Mas, ignorando as razões do segredo pedido, acederam, mandando a própria correspondência oficial em «envelopes» sem timbre — «envelopes» vulgares, que destruíam todas as suspeitas. Esses «envelopes», no trajecto do correio ao gabinete do governador, passaram pelas mãos do chefe do pessoal menor do Banco. Não era crível que estas pessoas, de rudimentar cultura, abrissem e falsificassem uma carta de que ignoravam o conteúdo. Mas uma dessas cartas appareceu falsificada. Quem a falsificou?

«O governador Inocência Camacho, a única pessoa que abria as cartas, interrogado sobre este ponto, teria respondido: «Eu não sei. Lembro-me apenas que o meu colega dr. Silveira, que do Porto vinha a Lisboa amiudadas vezes, passava parte do tempo no meu gabinete...»

Fulminante, mas as pessoas que entendem que o Inocência está acima de toda a suspeita ainda acham pouco.

Fogo com pólvora alheia

Continuemos a fazer fogo com pólvora alheia e guardemos a nossa por enquanto. Para escarpizar o maior escândalo destes últimos tempos, que já assume proporções internacionais e vem sendo comentado acremnte no *Daily Mail*, um dos maiores jornais ingleses, todos os argumentos são poucos. Em nome da moralidade, em nome dum povo inteiro roubado e ludibriado, havemos de levar a nossa campanha até ao triunfo da justiça. Continuemos, pois, o fogo com a pólvora alheia que também é boa.

Diz ainda o dr. Pinto de Magalhães ao mesmo jornal do Porto:

«Fez-se uma campanha intensa contra mim porque, em pleno tribunal, mandei sentar ao lado de Alves dos Reis os governadores do Banco de Portugal! Vejam o grande disparate! Em nenhum país do mundo o facto provocaria reparos. Provocou-os nesta pseudo-democracia — nesta democracia de opereta, onde as sanções da lei são repelidas sempre que recaem em pessoas de categoria! E no entanto, sobre alguma gente do Banco pesavam gravíssimas suspeitas! Eu recebia diariamente dezenas de cartas de pessoas que não apareciam a depor com receio de represalias. Lembrei ao governo do sr. dr. Domingos Pereira a necessidade de suspender temporariamente do exercício das suas funções o governador e vice-governador do Banco de Portugal. Este alvitre suscitou reparos — aumentando de violência a campanha de certos jornais. No entanto, a suspensão, permitindo a livre investigação dentro dos autos, só beneficiaria o sr. Inocência Camacho — e ele mesmo, se fosse um homem de critério, deveria ter-se antecipado, pedindo essa suspensão. Não o fez. O exercício do lugar era-lhe necessário.»

Vêm? Vêm os leitores a protecção escandalosa que os governos dispensam a esses canchais encasacados? Vêm como os políticos encobrem o crime e acumulam os criminosos de honra?

Notas & Comentários

Prélio

Os bas-fonds da finança, da alta finança estão peizados de factos tão curiosos e tão repugnantes que não há mãos a medir na sua análise e revelação. Há dias, dizíamos nós neste mesmo lugar que enquanto o Angola e Metrópole ia sendo discutido ruidosamente, o Ultramarino fazia em silêncio o seu negócio. Faz o seu negócio e vai dirigindo os seus escândalos, em breve analisaremos detidamente. Entretanto já hoje descobrimos uma pontinha do venho. Isto aqui para nós, leitor, não há muito na filial do Banco Ultramarino no Cais do Sodré, houve um desfalque importante. O empregado tentou suicidar-se, embora nenhuma informação a tal respeito tivesse sido fornecida à imprensa. Não acrescento mais. O silêncio é de ouro mais valioso do que as essências reservadas metálicas que aquele Banco emissor possui para garantir a circulação das suas notas falsas...

Ora, o estupor...

O sr. Alberto Xavier que, além de ser um péssimo director geral da Fazenda Pública, é ainda pior jornalista, zangou-se connosco porque publicamos ontem um artigo acerca dos Bilhetes do Tesouro. Numa ignorância adorável que vai muito bem a um advogado que tem a mania de saber de tudo, chama-nos «um jornal comunista». E diz aquilo num tom de desprezo encantador... Nós ainda não dispuzemos, nem tivemos tempo de nos occupar a sério do sr. Xavier, talvez porque respeitamos muito a situação periclitante da casa bancária Fonseca, Santos & Viana... Não, por enquanto isto vai a ri. Não se dê pressa, pois, o sr. Alberto Xavier de fazer desde já queixa de nós à policia. Descance, que tem tempo. Não nos faça chegar a mostarda ao nariz. Ouviu? Ouviu bem? Esteja quietinho que por enquanto ainda não lhe quisemos mal. A meter-se em brios, o homenzinho, não querem lá ver? Ora, o estupor...

Fogo de vistas

O Diário da Tarde publicava ontem na sua última columna a seguinte informação: «Segundo nos consta a opinião do governo relativamente à questão do Banco de Portugal resume-se no seguinte: não é possível desligar o caso do Banco de Portugal do caso do Banco Angola e Metrópole, devendo as investigações do sr. dr. Alves Ferreira ir até onde for necessário, quer num quer noutro banco».

Não é desinteressado este fogo de vistas...

A lei do inquilinato

O ministério da Justiça mandou para o Diário do Governo o diploma dando força de lei ao decreto que prorrogou até 31 de Dezembro do corrente ano, a lei n.º 1662, relativa ao inquilinato.

Famílias dos deportados

Convidam-se a comparecer hoje, pelas 20 horas, na Calçada do Combro, 38-A, 2.º as famílias dos deportados, para assunto importante e inadiável.

rias? Venham condecorações, muitas condecorações para pendurar ao peito desta malandragem!

E morrem na Guiné e em Cabo Verde dezenas de deportados, famintos, humildes, que cometeram o grande crime de não se terem instalado na administração do Banco de Portugal!

Uma «pequena» notícia sensacional

Estamos com a mão na massa, não na massa falsa encomendada pelo Inocência, na massa do escândalo, que estende até ao infinito. Estamos com a mão na massa — as declarações desassombradas do dr. Pinto de Magalhães. As suas afirmações, sobre a origem da campanha de o *Século* condizem absolutamente com as nossas. Transcrevemo-las do *Primeiro de Janeiro*:

«Eu tenho sido atacado, na sequência de uma campanha jornalística, cujos intuitos conheço. O Banco Nacional Ultramarino tinha interesse em aniquilar o Banco de Angola e Metrópole, que era um perigo concorrente. Desencadeou-se contra ele a mais violenta campanha, que se tem feito e que dá a pouco atingia também em energias ataques o Banco de Portugal. Mas, um dia, o Ultramarino reparou em que podia, dum momento para o outro, precizar da solidariedade ou mesmo do auxilio do Banco de Portugal. E a gazeta em que a campanha atingira uma violência sem igual, faz bruscamente «volte-face» e passa com o pretexto duma assembleia geral, a defender o Banco de Portugal e a exaltar os seus directores. E, entretanto, vai-me atacando, sem se lembrar de que eu sei e posso defender-me.

O caso da burla das notas é secundário, em face da questão do financiamento de Angola e das razões que levaram dois Bancos a uma luta em que um deles devia desaparecer.

O plano do Banco Angola e Metrópole era eliminar os outros Bancos que fossem concorrentes ou que não tivessem elementos de vida, ao mesmo tempo que procuraria, pela compra de grandes lotes de acções, colocar representantes seus na Direcção do Banco de Portugal. E assim ficaria senhor da finança nacional. E' isto que não convém esclarecer e por isso me chamam doido.

O rosário é grande e não termina nunca. Como nos folhetins, sómos forçados, devido à imperiosa falta de espaço, a dizer o leitor: Continua no próximo número. Mas antes de fecharmos, queremos dar ainda acerca do Banco de Portugal — baluarte do crédito do país — uma notícia lacónica. Ei-la:

No aludido Banco existe um desfalque de 44.000 contos, cometido pelo tesoureiro em benefício de diversas casas bancárias que sacavam a descoberto sobre o Banco. O referido tesoureiro — excelente criatura — recebia das casas bancárias Plano, José Augusto Dias, Augustine e outras, comissões e prendas de valor considerável. Puderá!... O desfalque foi constatado há pouco mais de quinze dias e resolveram guardar o maior sigillo — que nós estamos guardando religiosamente — devido à situação moral precária produzida pela questão das notas falsas.

Se as autoridades dividiam da notícia, que averiguem para chegar à conclusão lógica de que o tesoureiro é, como os seus mestres, «uma pessoa que está acima de toda a suspeita.»

Na reunião magna do Professorado Primário foram censurados os actos da D. Executiva

O sr. Jaime Valente presta homenagem ao presidente pelos seus serviços dispensados à classe do professorado, e propõe um voto de louvor aos cidadãos Alexandre Ferreira e Ricardo Covões pelos seus serviços prestados à infância.

Foi seguidamente interrompida a sessão para recomear às 13,30, tendo o dr. sr. Jaime Gouveia agradecido a deferência que para ele houveram, terminando com vivas ao professorado, à República, etc.

Na 2.ª sessão são vivamente combatidos alguns actos da Delegação Executiva

A 2.ª sessão da reunião magna iniciou os seus trabalhos às 14,30 horas. Presidiu o professor José de Carvalho, do Núcleo do Porto, e secretariaram os professores Cae-tano de Oliveira, do Núcleo de Braga, e D. Maria Rosa de Assunção, do Núcleo de Aljustrel.

O sr. Acácio Gouveia comunica à assembleia que o desejo expresso numa das sessões do Congresso, no que concerne ao desconto aos congressistas ainda não beneficiados nas passagens de caminho de ferro, foi atendido por parte das companhias respectivas.

Em nome dum grupo de professores, o sr. Ferreira Afonso propõe algumas modificações ao estatuto da União do Professorado Primário.

As 15 horas chegou ao Liceu Camões o dr. sr. Santos Silva, ministro da Instrução, que era aguardado à entrada do edificio por bastantes congressistas. Rebouou uma estrondosa salva de palmas e o dr. Santos Silva occupa a presidência da sessão. Mais palmas e alguns vivas e o ministro da instrução iniciou do seguinte modo o seu discurso:

«Afazeres vários não lhe permitiam vir mais cedo ao Congresso. Hoje, porém, depa-rou-se-lhe nos jornais as resoluções tomadas no Congresso e sobre elas que é obrigado a proferir algumas palavras, fazendo desde já a declaração de que tudo quanto for exequível será pelo orador levado a conselho de ministros.

Passando a examinar uma por uma as resoluções referidas, o dr. Santos Silva disse em síntese o seguinte:

Quanto aos professores sem colocação, é uma aspiração velha, que faz parte do programa de todos os governos. Porém as receitas não permitem a abertura de mais escolas a fim de poder-se realizar essa obra. Para o conseguir vai apresentar ao Parlamento uma proposta, criando um fundo de instrução.

Sobre as rendas de casas, etc., o dr. Santos Silva disse ser completamente impossível actualizá-las, por enquanto.

Referindo-se ao decreto 10.776 o ministro da Instrução lembra o parecer que emitiu no Senado quando da discussão daquele diploma, e assegurou que em bom critério de centralizador das funções que o Congresso reclamou para as Juntas Escolares de vem ser cometidas às Câmaras Municipais.

Passando em revista a Caixa de Previ-

